

CARACTERIZAÇÃO DA VISITAÇÃO PÚBLICA NO MONUMENTO NATURAL SALTO SÃO JOÃO, PRUDENTÓPOLIS, PR.

Ronaldo Ferreira **Maganhotto**¹, Maricelli **Perucelli**¹, Diogo Luders **Fernandes**¹, Marciel **Lohmann**²

(1 - UNICENTRO, rmaganhotto@unicentro.br, <https://orcid.org/0000-0003-0659-1481>; maricellyp@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-1771-6446>; diggstur@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0001-7311-8788>; 2 – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, marciel_lohmann@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0001-9243-5412>).

Resumo: As unidades de conservação estão vinculadas ao turismo e a educação ambiental. Assim, a presente pesquisa, de caráter qualitativo, teve como objetivo investigar a visitação pública no Monumento Natural Salto São João, localizado no município de Prudentópolis/PR. Utilizando-se de pesquisas bibliográficas e de campo, verificaram-se os procedimentos de agendamento e de visitação na unidade, os quais se mostraram os mesmos, independentemente, do perfil dos visitantes. Durante o trabalho de campo verificou-se que a trilha possui baixo grau de dificuldade e estruturada, onde é possível verificar os elementos ambientais passíveis de serem abordados por uma abordagem educacional. Neste contexto, entende-se que a interação das pessoas com o ambiente deveria ser direcionada aos aspectos socioambientais inerentes a unidade, seu entorno e ao perfil do visitante.

Palavras-chave: Unidade de Conservação; Visitação pública; Trilhas ecológicas.

CHARACTERIZATION OF PUBLIC VISITATION AT THE SÃO JOÃO WATERFALL NATURAL MONUMENT, PRUDENTÓPOLIS, PR.

Abstract: The protected areas are linked to tourism and environmental education. Thus, this qualitative research, aimed to investigate public visitation at the São João Waterfall Natural Monument, located in the municipality of Prudentópolis/PR. Using bibliographic and fieldwork research, the scheduling and visitation procedures in the unit were verified, which proved to be the same, regardless of the profile of the visitors. During the fieldwork it was found that the trail has a low degree of difficulty and is structured, where it is possible to

verify the environmental elements that can be addressed by an educational approach. In this context, it is understood that the interaction of people with the environment should be directed to the socioenvironmental aspects inherent to the unit, its surroundings and the profile of the visitor.

Keywords: Conservation Unit; Public visitation; Ecological Trail.

CARACTERIZACIÓN DE LA VISITA PUBLICA EN EL MONUMENTO NATURAL SALTO SÃO JOÃO, PRUDENTÓPOLIS, PR.

Resumen: Las unidades de conservación están vinculadas al turismo y la educación ambiental. Así, la presente investigación cualitativa tenía como objetivo investigar la visita pública en el Monumento Natural del Salto São João, ubicado en el municipio de Prudentópolis/PR. Utilizando la investigación bibliográfica y de campo, se verificaron los procedimientos de programación y visita en la unidad, que se mostraron, independientemente del perfil de los visitantes. Durante el trabajo de campo se verificó que el sendero tiene un bajo grado de dificultad y estructurado, donde es posible verificar los elementos ambientales que se pueden abordar mediante un enfoque educativo. En este contexto, se entiende que la interacción de las personas con el medio ambiente debe estar dirigida a los aspectos socioambientales inherentes a la unidad, su entorno y el perfil del visitante.

Palabras clave: Unidad de Conservación; Visitas públicas; Sendero Ecologico.

1. Introdução

As unidades de conservação têm-se mostrado como uma estratégia para a conservação da natureza, para Barcelos (1999) as Unidades de conservação protegem áreas naturais, se configurando como uma medida eficaz à conservação dos recursos naturais.

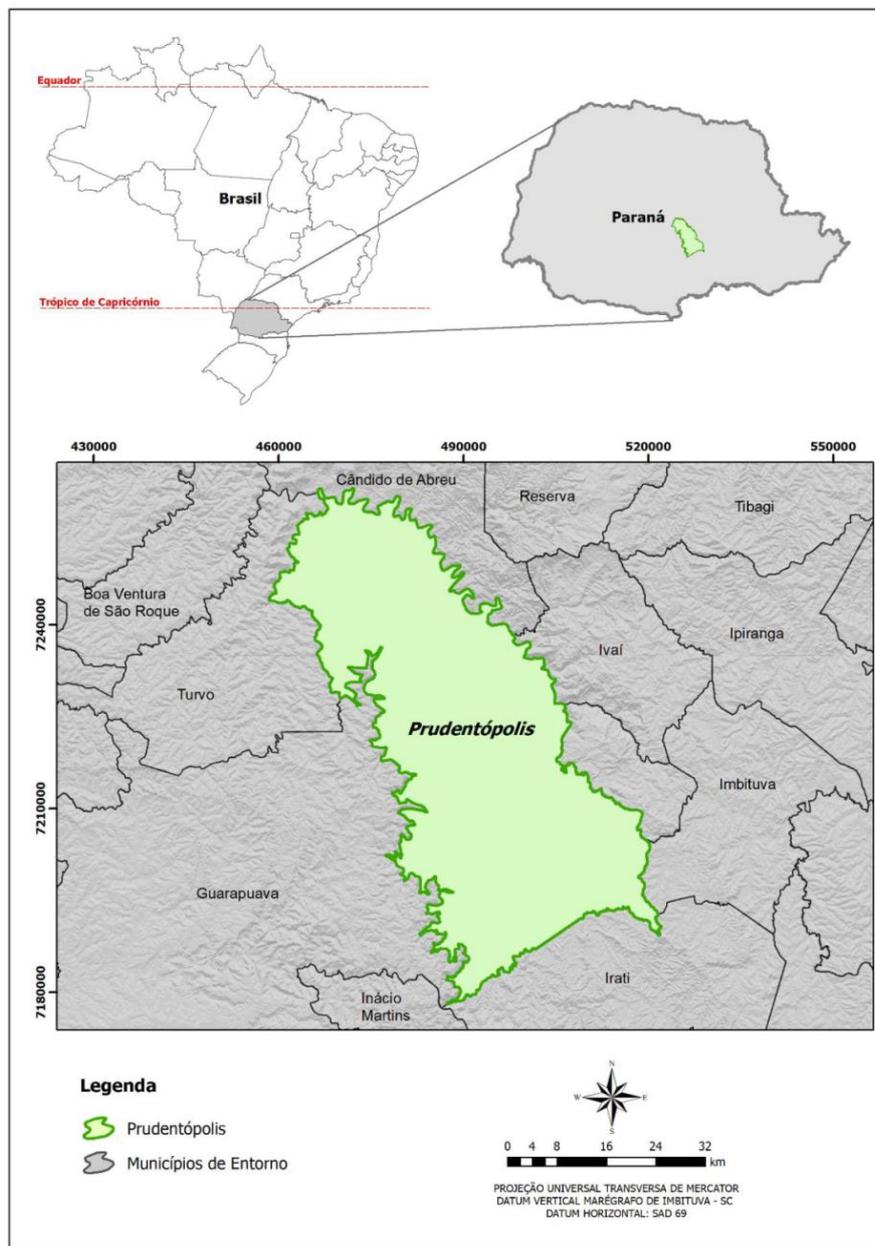
No Brasil, as Unidades de Conservação são áreas protegidas estabelecidas em ecossistemas significativos do território nacional, pelos Governos Federal, Estaduais e/ou Municipais e normatizadas pela Lei 9.985 (BRASIL, 2000).

O estado do Paraná possui inúmeras unidades de conservação, dentre as quais se destacam o Parque Nacional do Iguaçu, onde se encontram a Cataratas do Iguaçu, o Parque Nacional de Superaguí, com seu ambiente costeiro, os Parques Estaduais de Vila Velha, em Ponta Grossa e do Guartelá, em Tibagi, com seus, respectivos, arenitos e Canyon do Guartelá.

Dentre as unidades paranaenses, além dos Parques evidenciam-se outras categorias como as Florestas Nacionais, Reservas Biológicas, Áreas de Proteção Ambiental, Monumento Naturais, Estações Ecológicas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Em Prudentópolis (Figura1), o Monumento Natural São João, inaugurado em 17/11/2017, têm como objetivos a preservação da Floresta Ombrófila Mista, a visitação pública e educação ambiental.

Figura 1 – Localização do Município de Prudentópolis



Fonte: Maganhotto *et al.* (2018).

Maganhotto *et al.* (2018), analisaram as práticas sustentáveis em quatro empreendimentos particulares de Prudentópolis e averiguaram a necessidade de articulação entre os atores envolvidos na atividade turística, a necessidade de valorização da cultura local, a melhoria na infraestrutura de apoio ao turismo e a implementação de educação ambiental.

Neste contexto, acredita-se que a presente pesquisa caracterizará a visita pública no Monumento Natural São João, podendo assim, contribuir para o planejamento e gestão da unidade.

A gestão do MN São João ocorre de forma compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Prudentópolis e o Instituto Ambiental do Paraná, IAP. Nesta parceria, o IAP se responsabilizou pela gestão ambiental, enquanto a Prefeitura Municipal pela atividade de visita pública na unidade.

Sua beleza paisagística, infraestrutura de apoio à visita pública e possibilidade da implementação de atividades de educação ambiental, podem vir a contribuir para a preservação ambiental, valorização cultural e fortalecimento da atividade turística no município.

Entendendo a importância da atividade ecoturística em unidades de conservação, o presente trabalho pautou-se no seguinte problema de pesquisa. Como ocorre o processo de visita pública no Monumento Natural São João? Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo, investigar a visita pública no Monumento Natural São João, assim como a forma com que é trabalhada a educação ambiental na unidade.

Desse modo, a diferença fundamental entre as atividades de ecoturismo e de turismo de natureza é que no primeiro, questões ligadas à sustentabilidade (preservação e educação ambiental e valorização cultural) e impacto sobre o espaço são preocupações latentes (VIOLIN, 2017).

Uma vez que esta prática busca aproximar o homem da natureza, proporcionando um entendimento da importância dos recursos naturais para a manutenção da vida e do planeta. Neste Contexto, a educação ambiental deve ser implementada como um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio e adquirem conhecimentos, valores, habilidades e experiências em prol da conservação ambiental (SANTOS, 2011).

O acesso à informação sobre a temática demonstrou efeito, abordada com frequência as pessoas passam a acreditar no seu potencial para ações futuras. No entanto, o papel

individual de suas ações ainda não foi consolidado e as pessoas se sentem excluídas do processo. Logo, medidas para estimular o sentimento de cidadania nas pessoas, torna-se uma necessidade, precisa transformar o que está no consciente das pessoas em ações (BASTOS, 2018).

Logo as informações levantadas neste trabalho poderão fornecer subsídios para orientar as ações a serem realizadas durante a visita pública na unidade, podendo, assim, dar continuidade as ações em prol da conservação da natureza do Monumento Natural São João e seu entrono.

2. Metodologia

A presente proposta, de caráter qualitativo, teve como método de pesquisa o Estudo de Caso, onde as técnicas de pesquisas bibliográficas e de campo orientaram aquisição de dados para a realização da mesma.

Para Minayo (2001, p. 21) a pesquisa qualitativa,

(...) se preocupa nas ciências sociais com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para analisar o objeto de estudo, o Monumento Natural São João, um estudo de caso foi realizado, e segundo Yin (2005) esta coleta de dados realizado no local de estudo nos dá um norte para desenvolver a proposta deste trabalho.

Para Gil (2007) a pesquisa bibliográfica é responsável por nortear as discussões e basear-se em trabalhos qualificados objetivando um resultado satisfatório. Podendo contar com um grande número de fontes como: livros, jornais, revistas, obras literárias, dicionários, artigos, entre outros. Está etapa da pesquisa auxiliou na aquisição de informações referentes aos seguintes temas: Turismo em áreas naturais, unidades de conservação, trilhas e educação ambiental.

A atividade de campo foi fundamental para organizar e descrever o trabalho, após realizar esta atividade, foi possível observar a realidade do atendimento ao público do Monumento Natural São João. A realização da mesma, além de possibilitar a observação direta da dinâmica de visita pública na unidade, favoreceu a coleta de dados com GPS,

registros fotográficos e conversas informais com os colaboradores no formato de entrevista semiestruturada.

3. Caracterização do Monumento Natural São João

O Monumento Natural São João, está localizado no município de Prudentópolis a aproximadamente a 24 km da cidade na localidade da Barra Bonita.

Ao Consultar o site do Instituto Ambiental do Paraná verificou-se que a Unidade de Conservação, de Proteção Integral, Monumento Natural Salto São João com 33,88 ha, foi criada em 23/12/2010 pelo decreto 9.108/2010 (PARANÁ, 2010).

Desde sua inauguração, em novembro 2017, o Monumento Natural, já atendeu aproximadamente 35 mil visitantes. Na sede do Monumento encontra-se a recepção, sala de multimídia, banheiros e lanchonete, em sua parte externa observa-se o estacionamento e a trilha, a qual leva até os mirantes 01 e 02.

A unidade é aberta a visitação das quartas, às segundas feiras, das 9h às 16h, podendo, a visitas serem agendadas via contato telefônico, e-mail redes sociais.

Ao recepcionar os visitantes, durante a apresentação do local os colaboradores da unidade informam aos grupos a distância da trilha, 1.200 m e os cuidados necessários durante a realização da mesma. A Figura 2 apresenta imagens da unidade, sendo possível observar a área de estacionamento, o centro de visitantes (vista aérea), a Floresta Umbrófila Mista, o salto e *cânyon* São João na imagem A, a fachada do Centro de Visitantes e dependências internas do mesmo nas imagens B e C, respectivamente e o início da trilha na imagem D.

Figura 2: Imagem Aérea, Centro de Visitantes e Trilha.



Acervo: Prefeitura Municipal de Prudentópolis

4. Resultados e Discussões

4.1 Contextualização da atividade de visitação pública na unidade

Com a atividade de observação direta, pode-se observar que a unidade é visitada por grupos distintos, fato confirmado em conversa com os colaboradores da unidade.

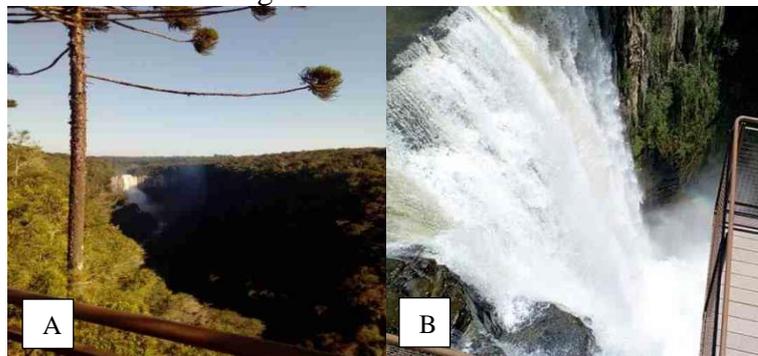
Em campo, foi possível acompanhar os visitantes, grupo de terceira idade, familiares, escolares e universitários. Durante o período da visita, verificou-se que o procedimento adotado pelos colaboradores são os mesmos, independentemente do perfil do visitante, a recepção na chegada, a apresentação da unidade, a visitação na trilha e mirantes seguem um padrão de atendimento.

Nas boas vindas ao turista, os funcionários atendem recepcionando com um breve vídeo, explicando sobre a fundação, construção e parceria município/estado para a gestão do monumento.

Em seguida os funcionários desejam um bom passeio e alertam quanto algumas restrições como: fumar na trilha, se alimentar, ingerir bebidas alcoólicas, adentrar a trilha com animais domésticos, cuidados se não cumpridos podem colocar em risco alguns animais nativos do local.

O trajeto a ser percorrido até o Mirante 1, é de aproximadamente 200 m, com uma parada para fotos e apreciação da beleza do Salto São João. Seguindo o passeio, por cerca de 1000 m até o Mirante 2 final da trilha onde se pode visualizar a cabeceira do Salto São João, A Figura 3, imagens A e B, retrata as vistas de ambos os mirantes.

Figura 3: Vista Mirantes



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Verificou-se que os grupos, já haviam feito agendamento para visita, estando acompanhados de Guias de Turismo cadastrados na Associação de Guias do Município. Os guias foram contratados antecipadamente pelos grupos para a condução no município, sendo a unidade um dos atrativos contemplados na programação.

Durante o passeio constatou-se interesse dos turistas em relação as espécies da biota (flora e fauna), aspectos geomorfológicos, paisagísticos, grau de dificuldade da trilha e de gestão da unidade.

Verificaram-se, também, abordagens quanto ao ambiente e sua influência nas pessoas, no grupo de 3ª idade, comentou-se sobre a tranquilidade em caminhar junto ao meio natural, ouvindo o som dos animais na mata, o da água da cachoeira, valorizando tal experiência, quando comparado ao dia a dia em grandes centros onde se quer a comunicação interpessoal ocorre de forma espontânea.

Junto aos colaboradores tomou-se conhecimento da possibilidade da realização de visitas de grupos de Ensino Fundamental, Médio e Superior, para isto o agendamento deve ser realizado com a Secretaria de Turismo, as quais normalmente são agendadas para as quartas

feiras, além disso, ressaltam há necessidade de acompanhamento de professores para auxiliar na visita a unidade.

4.2 Caracterização da Trilha

A trilha destinada aos visitantes da unidade possui formato linear e é de aproximadamente 1200 m, Figura 4. Devido sua extensão e condições clinográficas é considerada leve com baixo grau de dificuldade. Classificação baseada em FEMERJ (2015), em sua metodologia de classificação de trilhas atribuiu a classe leve para percursos de até 3km e até 400m de desnível são consideradas leve.

Figura 4 - Traçado Trilha



Fonte: Google Earth, 2020.

Até o Mirante 1 são cerca 200 m dispostos em condições clinográficas praticamente plana, trecho propício inclusive a cadeirantes, em sua continuidade, até o Mirante 2 ponto final da trilha, percorrem-se aproximados 1000 m, neste trecho (Mirante 1 ao Mirante 2) há variação de relevo em alguns pontos, nos quais benfeitorias como guarda-corpo, contensões e escadas facilitam e asseguram a caminhada.

O formato linear da trilha limitando o uso do mesmo traçado, tanto para ida quanto para volta, condiciona o encontro de pessoas, potencializando impactos como compactação do solo, alargamento da trilha e processos erosivos.

Neste contexto, há necessidade de monitoramento das condições físicas ambientais (raízes expostas, caminhos secundários, solo compactado, processo erosivo) presentes na trilha e no seu entorno, bem como, da infraestrutura (pontes, escadas, corrimões, contensões e sinalização) existente na mesma.

Além do monitoramento das condições físicas da trilha, ressalta-se, também, a contínua manutenção da sinalização do traçado, a Figura 5 retrata uma placa de sinalização informativa (distância a ser percorrida até o Mirante 2) danificada, necessitando de substituição.

Aspecto positivo apresenta-se na Figura 6, a qual retrata um canal de escoamento de água, evitando, em períodos chuvosos, o acúmulo de água no traçado da trilha, refletindo na compactação do solo e no seu alargamento.

Figura 5: Placa quebrada



Figura 6: Escoamento na trilha



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

A implantação da trilha interpretativa contribui para o alcance dos objetivos de manejo da unidade de conservação, principalmente a promoção e incentivo à realização de atividades de educação ambiental e a promoção de oportunidades de recreação ambiental ao ar livre. Para avaliar se esses objetivos estão sendo cumpridos seria importante estabelecer um sistema de avaliação junto aos usuários da trilha.

Independentemente, do acompanhamento de guias do município, a trilha se mostrou subutilizada do ponto de vista educacional, o traçado não é utilizado como um instrumento de educação ambiental, mas apenas como caminho que possibilita o acesso dos visitantes aos melhores pontos de visualização da cachoeira (mirantes).

No entanto, as trilhas, além de vias de deslocamento devem ser utilizadas como meios de interpretação ambiental, propiciando atividades que revelem os significados e as características do ambiente encaixando-se, assim, como um instrumento básico de educação ambiental (SANTOS, 2011).

A trilha do Monumento Natural São João apresenta uma série de elementos naturais, os quais além de observados podem proporcionar o desenvolvimento de práticas educativas. Até o primeiro mirante, animais como Serelepes, (*Sciurus aestuans*), Tatu (*Dasypus novemcinctus*) e outras espécies da avifauna são facilmente observados, assim como, suas tocas e ninhos. Entre os mirantes, a trilha cruza riachos e nascentes, nestes locais pode-se abordar mensagens direcionadas a importância dos recursos hídricos. A Figura 7 retrata estes locais.

Figura 7: Ponte sobre riacho.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Outra forma de trabalhar a educação ambiental no percurso é fazer menção as espécies vegetais nativas, como por exemplo, o Pinheiro do Paraná (*Araucaria angustifolia*), Xaxins (*Dicksonia sellowiana*) e demais espécies da Floresta de Araucária, a Figura 8, retrata o Pinheiro do Paraná e sua semente, o Pinhão recursos naturais de extrema importância para a região.

Aliado a isto, pode-se passar noções da cadeia alimentar, e da relação dos animais e seres humanos com determinadas espécies vegetais, no que tange os aspectos alimentares, culturais e econômicos.

Figura 8: Pinheiro do Paraná na trilha.



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Maciel *et al.* (2017) analisaram o uso da trilha como instrumento interpretativo, e certificaram o aprendizado obtido com a realização da mesma. Verificou-se que esta prática motiva a conservação e preservação ambiental, se apresentando como uma ferramenta relevante à educação ambiental.

A Educação Ambiental precisa ser pensada por meio de construções dialógicas e contínua, pautando-se no olhar coletivo em relação às diferentes estratégias, indo além das discussões propostas com as leis e de artigos científicos, os quais poucas vezes chegam ao conhecimento dos cidadãos (COPATTI, 2017).

Desta feita, frente às diferentes possibilidades em uma unidade de conservação, entende-se que a educação ambiental e o Turismo Ecológico devem ocorrer de forma interativa.

Em unidades de conservação, a educação ambiental deve ser ofertada, tanto aos turistas, quanto aos visitantes de origem local. Há necessidade de se adotar nas práticas educacionais um caráter realista sobre meio ambiente e que tal postura pode resultar em um olhar diferente do participante sobre o ambiente, nutrindo seu entendimento e consciência ambiental. Sendo entendida como uma estratégia conservacionista fomentando o desenvolvimento de ações de proteção aos recursos naturais, auxiliando significativamente na sustentabilidade, por meio da atividade educacional desenvolvida na unidade junto aos seus visitantes (TEIXEIRA *et al.*, 2017 e CAMPELO e DE MELO, 2018).

Ação que se justifica, por se tratarem de atividades complementares, sendo a educação ambiental um dos princípios do Ecoturismo. Proporcionando aos envolvidos uma compreensão ambiental fomentando novos posicionamentos frente ao uso dos recursos naturais a partir da modificação de valores pessoais (BUENO 2008).

Abordagens fortalecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795), documento em que é abordada, também, a relevância da educação ambiental junto às instituições de ensino como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal e também propõe a sensibilização ambiental da sociedade para a importância das Unidades de Conservação (SOUZA, 2020).

5. Conclusões

- De posse destas informações, constatou-se que a unidade de conservação cumpre com seus objetivos de criação referente à preservação, e visitação pública. No entanto, sente-se a deficiência no que tange as atividades de educação ambiental, atividade esta que pode ser pensada e executada na sede, utilizando-se de seus recursos humanos e físicos como: seus colaboradores, centro de visitantes, trilha ecológica e recursos naturais.
- De maneira geral as unidades de conservação apresentam um ordenamento territorial, pautado, nas ações do Plano de Manejo, o qual se configura como documento técnico que estabelece normas de uso e ocupação para o território delimitado pela unidade e entorno REZENDE *et al.*, 2018). Neste contexto, é imprescindível ações em prol da educação ambiental e visitação pública no referido documento.
- Neste contexto, propõe-se para os futuros trabalhos e ações para a elaboração de um programa de visitação pública com diferentes abordagens atendendo públicos diferenciados, possibilitando um atendimento personalizado de encontro às demandas específicas e otimizando a trilha e os demais recursos naturais presentes na unidade.
- Por exemplo, para as instituições de ensino, abordar questões e ou disponibilizar meios para facilitar a aproximação da visita aos objetos de conhecimento. Para a terceira idade, algo voltado aos sentidos e a percepção aproximando-os da natureza a partir de práticas sensoriais; Para os mais aventureiros trilhas mais longas e práticas esportivas de aventura.

- Contudo independente do perfil atendido na unidade, não se pode deixar de realizar a educação ambiental utilizando-se de abordagens sensoriais, sensitivas, lúdicas e ou artística.
- A interpretação da natureza, nos programas de Uso Público e Educação Ambiental em Unidades de Conservação, procura traduzir a linguagem técnica das ciências naturais para uma linguagem inteligível aos visitantes e turistas, realizando-a de forma lúdica e criativa (FREITAS *et al.* 2016).
- Entende-se que a implementação destas práticas tende a contribuir para o cumprimento dos objetivos de criação da unidade, bem como, para a experiência do visitante, repercutindo positivamente em consciência e comportamentos ecológicos.

6. Referências

- BARCELOS, C. Q. *Fatores que atuam na dependência entre o funcionamento dos Parques Nacionais e sua preservação*. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Biociências), UniCEUB, Brasília, 1999.
- BASTOS M. C. Silveira, F., STEFANELLO, S., LANES, M., SCHAEFER, G., & ROCHA, K. Educação Ambiental: Relação entre a Produção Científica, as Políticas Nacionais e a Evolução da Consciência Ambiental na UFSM. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Santa Maria, Vol. 20, n.1, p. 07-18. 2018. DOI: 10.5902/2236499415988. ISSN: 2236-4994. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/24653>. Acesso em 23 de maio de 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.975, de 27 de Abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 27 de Abril 1999. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=321>. Acesso em 23 de Junho de 2020.
- _____. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 18 de Julho de 2000. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em 23 de Junho de 2020.
- BUENO, F. P. Educação ambiental aplicada ao ecoturismo nas unidades de conservação do pólo de ecoturismo da ilha de Santa Catarina. *REMEA - Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*. [S.l.], v. 20, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.14295/remea.v20i0.3831>.

ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3831>>.

Acesso em: 23 Junho de 2020.

BUZATTO, L., & KUHNEN, C. F. C. Trilhas interpretativas uma prática para a educação ambiental. *Revista Vivências*, 16 (30), 291-231. 2019. DOI: <https://doi.org/10.31512/vivencias.v16i30.151>. ISSN:1809 - 1636. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/151>. Acesso em: 21 de Junho de 2020.

CAMPELO, A. K., e DE MELO, J. A importância de Projetos de Educação Ambiental em uma unidade de conservação no Semiárido Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais* (Online), n. 49, p. 81-94, 3 dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820180332>. ISSN: 2176-9478. Disponível em: http://rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/39. Acesso em: 29 de Junho de 2020.

COPATTI, C. Sensibilização estética nas aulas de geografia: discussões em torno da educação ambiental. *Revista Geografar - Curitiba*, v.12, n.1, p. 70-86, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/geografar.v12i1.47990>. ISSN: 1981-089X. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/47990>. Acesso em 23 de Junho de 2020.

FEMERJ. Federação de Montanhismo do Estado do Rio de Janeiro. Metodologia de classificação de trilhas. V 6.1, Outubro de 2015. Disponível em: <http://www.femerj.org/wp-content/uploads/classifica%C3%A7%C3%A3o-trilhas-v6.1.pdf>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

FREITAS, W.; MAGALHÃES, L. M.; PEREIRA JUNIOR, E.; PINHEIRO, M. A. A evolução da paisagem aplicada na interpretação de trilhas, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (PARNASO-RJ). *Revista Brasileira de Ciências Ambientais* (Online), n. 41, p. 12-23, 30 set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820160024>. ISSN: 2176-9478. Disponível em: http://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/136. Acesso em: 30 de Junho de 2020.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACIEL, A. B. C.; LIMA, Z.M. C.; MORAIS, A. C. S. *Utilização da Trilha Ecológica como Instrumento de Educação Ambiental: Parque da Cidade Dom Nivaldo Monte, Natal/RN*. *Revista de Geociências do Nordeste*, v. 3, n. 2, p. 1-22, 28 dez. 2017. ISSN: 2447-3359.

Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/11296/9044>. Acesso em: 29 de Junho de 2020.

MAGANHOTTO, R. F., ALBERTON, V., BONETI, M. B. P., LOHMANN, M. Ecoturismo e ações de sustentabilidade como fatores de valorização da atividade ecoturística em Prudentópolis. *Interespaço: Revista de Geografia e Interdisciplinar*, v. 4, n. 15, set/dez, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.v4n15p106-130>. ISSN: 2446-6549. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/issue/view/512>. Acesso em: 17 de Junho de 2020.

MINAYO, M. C. de S. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PELLIN, A.; SCHEFFLER, S. M.; FERNANDES, H. M. Planejamento e implantação de trilha interpretativa autoguiada na RPPN Fazenda da Barra (Bonito, Mato Grosso do Sul, Brasil). *Revista Nordestina de Ecoturismo*, Aracaju, v.3, n.1, p.06-26, 2010. DOI: 10.6008/ESS1983-8344.2010.001.0001. ISSN: 1983 – 8344. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228623989_Planejamento_e_implantacao_de_trilha_interpretativa_autoguiada_na_RPPN_Fazenda_da_Barra_Bonito_Mato_Grosso_do_Sul_Brasil. Acesso em 20 de Junho de 2020.

REZENDE, M. G. G.; FRAXE, T. de, J. P.; WITKOSK, A. C. Territorialidade, organização social e governança ambiental na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Igapó Açú (Amazonas, Brasil). *Boletim de Geografia, Maringá*, v. 36, n.2, p.72-90, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v36i2.33881>. ISSN: 2176 – 4786. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/33881>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

SANTOS. M. C. dos. FLORES, M. D., ZANIN, E. M. *Trilhas interpretativas como instrumento de interpretação, sensibilização e educação ambiental na APAE de Erechim/RS*. Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI, 2011. ISSN: 1809 – 1636. Disponível em: http://www2.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_013/artigos/artigos_vivencias_13/n13_21.pdf. Acesso em 18 de Junho de 2020.

SOUZA B. R. de. Escola, Universidade e Unidade de Conservação: a Educação Ambiental como conexão, um estudo de caso em Itapuã – RS. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental*, Rio Grande. v. 37, n. 1. Seção especial: XI EDEA - Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental. p. 336-346. jan/abr. 2020. DOI: 10.14295/remea.v37i1.11069. ISSN:

1517 – 1256. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/340727229_Escola_Universidade_e_Unidade_de_Conservacao_a_Educacao_Ambiental_como_conexao_um_estudo_de_caso_em_Itapua_-_RS.

Acesso em: 20 de Junho de 2020.

TEIXEIRA, T. S.; MARQUES, E. A.; PEREIRA, J. R. Educação ambiental em escolas públicas: caminho para adultos mais conscientes. *Revista Ciência em Extensão*, v.13, n.1, p. 64-71, 2017. ISSN: 1679-4605. Disponível em:

https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1370/1353. Acesso em: 29 de Junho de 2020.

VIOLIN, F. L., & ALVES, G. L. Da pesca ao natural: trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). *Sustentabilidade Em Debate*, 8(2), 130 – 146, 2017. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n2.2017.21382>. ISSN: 2179 - 9067 . Disponível em:

<https://www.icgilbertoluizalves.com.br/imagens/galeriapdf/violin-f-bio-luciano-sustentabilidade-em-debate-v-8-n-2-2017-ago-da-pesca-ao-natural-trajet-ria-do-turismo-em-mato-grosso240422.pdf>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

YIN, R. K. trad. GRASSI, D. Estudo de caso: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.